

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

O URBANO PRECOCEMENTE DELINEADO: NOTAS SOBRE O SIGNIFICADO DEMOGRÁFICO E
ECONÔMICO DO URBANO E DO RURAL, NA MINAS GERAIS

Mario Marcos Sampaio Rodarte (UFMG)

José Maria dos Santos Júnior (UFMG)

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho (UFMG)

O Urbano Precocemente Delineado: Notas Sobre o Significado Demográfico e Econômico do Urbano e do Rural, na Minas Gerais Oitocentista

Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar a distinção entre a população urbana e rural, em Minas Gerais, em 1830. Tal segmentação foi obtida mediante desenvolvimento de novo método de cruzamento de informações de diferentes fontes. De posse dessa divisão espacial, estudos econômicos poderão ser feitos utilizando esta importante categorização espacial. Mostra-se, no presente trabalho, perfis diferenciados dos domicílios, quanto à inserção ocupacional dos seus membros, tamanho dos plantéis de escravos, do número de membros livres, dentre outros aspectos. A escolha da segmentação urbano e rural, como um dos elementos importantes para detectar diferenças econômicas e demográficas, encontra justificativa no fato da formação de Minas Gerais estar fortemente caracterizada pela organização urbana de sua sociedade *vis-à-vis* as de outras regiões da América, que tinham um perfil mais rural. O presente trabalho reitera essa visão, ao aferir que pouco mais de $\frac{1}{4}$ da população mineira estava em área urbana, no período estudado.

O Urbano Precocemente Delineado: Notas Sobre o Significado Demográfico e Econômico do Urbano e do Rural, na Minas Gerais Oitocentista

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar um método de cruzamento de informações contidas nos arrolamentos censitários com outras fontes históricas informantes do número de domicílios nas povoações, o que permite fazer a distinção entre os segmentos urbano e rural da população, em Minas Gerais, na década de 1830. Tal informação, para o Brasil, só é encontrada, de forma ampla e metódica, a partir de 1940, com os censos demográficos contemporâneos.

De posse da distinção entre o urbano e o rural, estudos econômicos poderão ser feitos utilizando esta importante categorização espacial. Isso é aqui demonstrado, de forma sintética, através dos perfis diferenciados da ocupação e das disparidades do tamanho dos plantéis de escravos entre os domicílios urbanos e rurais. Além desta introdução, esse breve texto é composto de um item que trata do debate sobre o processo de urbanização no Brasil e Minas Gerais, seguido de outra seção, com a exposição dos principais aspectos metodológicos da pesquisa, e de um terceiro item que apresenta os principais resultados alcançados.

1. A urbanização pretérita: o Brasil e Minas Gerais, no Século XIX

No capítulo intitulado A Urbanização Pretérita, Milton Santos (1996) narra, em sua perspectiva, o fenômeno do surgimento e desenvolvimento das primeiras cidades e vilas no Brasil, no período compreendido entre o início da colonização pelos europeus e o ano de 1940. Essa demarcação do limite superior do seu recorte temporal decorre, em primeiro lugar, da necessidade de se distinguir uma urbanização tímida, rarefeita, e espasmódica, conduzida por uma lógica econômica essencialmente rural, do processo acelerado e contínuo de urbanização, no momento seguinte, conseqüente do impulso modernizante da industrialização, que se acentuou no imediato pós- Segunda Guerra, com desdobramentos até o presente.

A outra razão para essa periodização encontra-se na diferença da quantidade e da qualidade dos dados sobre urbanização, comparativamente mais precária e escassa no período inicial. De fato, o primeiro censo demográfico do IBGE, em 1940, inaugurou a fase em que a distinção entre população residentes em núcleos urbanos e no meio rural, de um mesmo município, passou a existir,

de forma sistemática, nas estatísticas demográficas brasileiras (Santos, 1996).

No período de urbanização pretérita, mais especificamente, no final da colonização, as cidades de São Luiz do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, tomadas isoladamente, consubstanciavam, a urbanização brasileira, segundo Santos (1996: 20). Essa situação quase não se altera em meados do Segundo Império:

Em 1872, apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Somente Belém (61.997) contava mais de 50.000 residentes. São Paulo, então, tinha uma população de 31.385 pessoas. (Santos, 1996: 21)

Com o crescimento urbano em ritmo lento, a hierarquia das cidade quase não se alterava, e novamente, no início do período republicano, em 1900, Rio de Janeiro, Salvador e Recife são classificadas como as mais importantes, enquanto as cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belém eram lembradas como cidades de posição intermediária.

Nos estudos das sociedades brasileiras pré-industriais, a questão da urbanização não era tema central, como se observa, por exemplo, em Vianna (1956), Marx (1991) e também em Santos (1996). De fato, havia um consenso quanto ao caráter rural da organização social e econômica no Brasil, e que a urbanização era um tema recente, próprio do período que se inicia em meados do século XX.

O Brasil que emerge dessa visão é um território dividido em subespaços não articulados, com lógicas próprias de funcionamento, em geral, fundamentadas pela exploração de algum produto primário para exportação. As cidades apareceriam, nesse contexto, como os centros dinâmicos dessas regiões, com o fim de mediar as suas relações com o mundo exterior, e por isso, mantinham um aspecto insular, incapazes de formar uma rede de cidades, no seu conjunto.

A eclosão da economia aurífera a partir de finais do século XVII, em Minas Gerais subverteu essa forma de organização da sociedade e da economia, ao provocar o surgimento de uma ampla rede de cidades no interior do Brasil, de dimensões supra regionais, e que seria polarizada pelo Rio de Janeiro, e mais tarde, já em finais do século XIX, por São Paulo. Tal fenômeno escapou ao Santos (1996), e esse lapso contrasta com a opinião de vários autores que o precederam e que ressaltaram o caráter urbano do povoamento de Minas, desde sua gênese, em decorrência da mineração:

Em oposição à civilização do Nordeste, a civilização das Minas Gerais foi uma civilização urbana. O ouro prendeu os homens às zonas auríferas. (..) Cidades

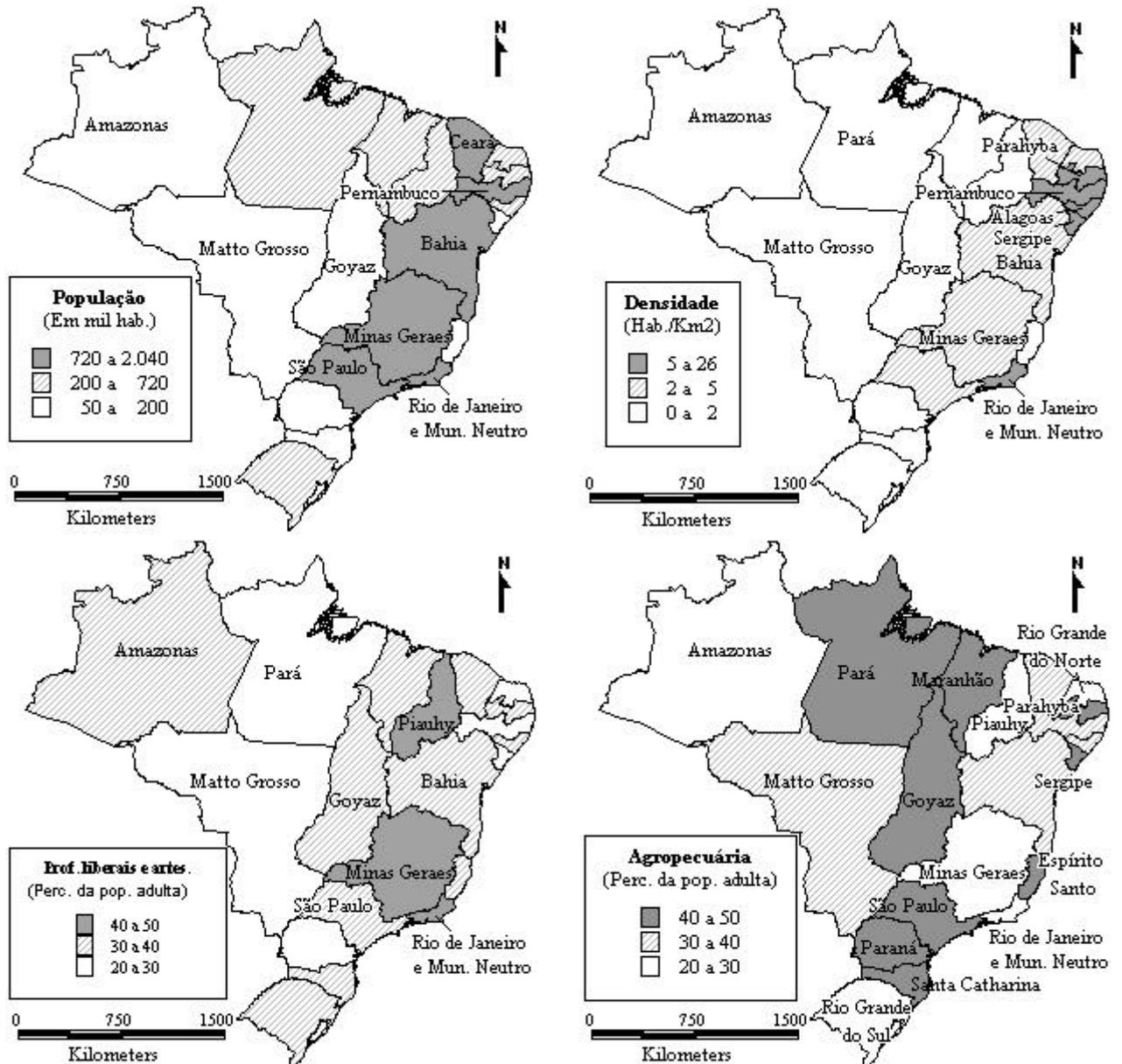
de mercados, cidades de funcionários também. Era preciso vigiar os brancos e negros para impedir o contrabando, obrigar ao pagamento dos impostos, administrar as cidades. Enquanto as raras cidades do Nordeste, que eram sobretudo portos, desenvolviam-se ao sabor do terreno, sem nenhum plano preestabelecido, aqui, ao contrário, há um esforço de urbanização. (BASTIDE, 1979, p. 117)

Embora alguns trabalhos ressaltem o caráter efêmero da experiência urbana mineira, que mal teria se sustentado até o final do século XVIII, com um processo de ruralização no século XIX, como em Furtado (1959) e Martins (1982), trabalhos mais recentes, com base empírica mais consolidada, apontaram a longevidade do aspecto urbano em Minas Gerais, como o próprio Martins (1994), Rodarte (1999), Rodarte et al. (2004), e Mello Filho et al. (2006).

Comparativamente às demais províncias do Império, Minas Gerais se apresentava, em 1872, como a província mais populosa, e apesar de sua grande extensão, com elevada densidade demográfica conforme é ilustrado na Figura 1. Em relação à composição dos setores, por um lado, a população mineira adulta ocupada em atividades diretamente relacionada ao setor primário, seja na agricultura, seja na pecuária, era uma das menores, ao lado das províncias do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; e por outro lado, Minas Gerais possuía uma das maiores concentrações em ocupações relacionadas ao setor secundário (artesanais e proto-industriais) e terciário (constituído pelas profissionais liberais).

A vocação urbana de Minas Gerais também é amplamente sugerida pela Tabela 1. Em 1871, apesar de São Paulo já contar, nesse período, com o maior número de municípios, era Minas a Província que liderava em número de paróquias, que era a subdivisão eclesial dos municípios¹. Minas tinha pouco mais que o dobro do número de paróquias da Bahia, a segunda Província em maior número. Esses números apontam para o fato de que Minas tinha uma trama urbana muito mais densa e complexa que em qualquer outro lugar do Brasil (ao contrário do que poderia sugerir o número de municípios), e que, com esta estrutura urbana, conseguia açambarcar 20,5% da população do Império.

Figura 1
Mapas sobre população, densidade demográfica, parcelas da população com mais de 5 anos nas profissões liberais e artesanais, e na agropecuária Brasil, 1872



Fonte dos dados básicos: Directoria do Serviço de Estatística, Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872, Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos 1873-1876. (ver Tabela 6)

Tabela 1
Dez províncias com maior número de municípios, paróquias e população.
Brasil, 1871-72

Províncias	Municípios em 1871			Paróquias (1871)	População (1872)
	Sediados por		Total		
	Cidades	Vilas			
1. Minas Gerais	48	23	71	345	2.038.598
2. Bahia	9	62	71	162	1.379.421
3. Rio de Janeiro e Mun. Neutro	15	19	34	139	1.057.706
4. São Paulo	36	45	81	123	837.354
5. Rio Grande do Sul.....	11	18	29	73	434.809
6. Pará	7	25	32	72	275.236
7. Pernambuco.....	7	29	36	70	834.809
8. Maranhão.....	8	28	36	54	359.039
9. Goiás	8	17	25	54	160.390
10. Ceará	10	31	41	51	721.687
Sub-total 10 províncias	159	297	456	1.143	8.099.049
Percentual em relação ao Brasil	78,7%	71,4%	73,8%	81,0%	81,7%
Brasil	202	416	618	1.411	9.930.478

Fonte dos dados básicos: unidades administrativas: Directoria do Serviço de Estatística (1913: p. XIV); dados de população: Directoria do Serviço de Estatística, Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872, Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos 1873-1876.

2. Aspectos metodológicos

As listas nominativas, fontes primárias do estudo presente, são arrolamentos de habitantes dos distritos e são encontradas, em Minas Gerais, principalmente na década de 1830². Para cada habitante do distrito as listas nominativas informam, com maior frequência, o prenome, a idade, qualidade (cor ou raça), condição (livre, cativo, etc.), estado conjugal; e com menor constância, o sobrenome, a ocupação, a nacionalidade, e a relação com o chefe do fogo.

A área de localização dos domicílios recenseados (se no urbano, se no rural) não era uma informação recorrente, embora presente em um pequeno subconjunto documental. Nota-se, entretanto, a regularidade do procedimento de se listar, primeiramente, os fogos urbanos, deixando a área rural para ser recenseada na seqüência. Isso é percebido, por um lado, pelas listas nominativas com a informação de domicílio “na povoação”, ou “no arraial”, pois tais fogos ocupavam as primeiras páginas das listas nominativas. Por outro lado, comparando as ocupações declaradas, observa-se que os primeiros domicílios tinham prevalência de ocupações menos relacionadas ao ambiente rural, enquanto que os últimos fogos recenseados eram dedicados às atividades dos setores da agricultura e da pecuária.

Não obstante o conhecimento dessa prática de recensear fogos do urbano para o rural, faltava ainda, a informação sobre o ponto exato de onde terminava o urbano e começava o rural

para a grande maioria dos distritos recenseados. Essa lacuna foi, para ao menos 57 distritos, preenchida pelo uso: 1) de um documento contendo o número de fogos nas povoações dos distritos do município de Sabará, ou ; 2) das informações da mesma natureza contida na obra de Matos (1981), ou ; 3) pelo subconjunto de listas nominativas com descrição espacial dos fogos. O uso combinado dessas fontes subsidiou alguns trabalhos do Cedeplar³, a partir de meados da década de 1990, que propunham estudar as diferenças e semelhanças entre o urbano e o rural.

O presente trabalho propõe o uso da “Relação das cidades, villas e povoações da Província de Minas Geraes com declaração de fogos de cada uma – 1830”, elaborada pelo então secretário de governo da Província Luiz Maria da S. Pinto, compilada pela revista do Arquivo Público Mineiro – RAPM (1897, p. 18-28). Esse documento declara o número de fogos existentes nas povoações de 306 distritos, o que equivale a uma cobertura de 73%.

Tabela 2
Distribuição da amostra de distritos, segundo nível de desenvolvimento regional, por nível de centralidade urbana – Minas Gerais – década de 1830

Nível de Centralidade	Em número				Em percentagem			
	Nível de Desenvolvimento				Nível de Desenvolvimento			
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
Alta	1	-	-	1	0,6	-	-	0,6
Média-alta	5	2	-	7	3,2	1,3	-	4,5
Média-baixa	25	8	3	36	16,1	5,2	1,9	23,2
Baixa	81	26	4	111	52,3	16,8	2,6	71,6
Total	112	36	7	155	72,3	23,2	4,5	100,0

Nível de Centralidade	Em número				Em percentagem			
	Nível de Desenvolvimento				Nível de Desenvolvimento			
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
Alta	4.466	-	-	4.466	1,5	-	-	1,5
Média-alta	20.568	9.730	-	30.298	7,1	3,4	-	10,5
Média-baixa	49.384	24.987	10.373	84.744	17,1	8,7	3,6	29,4
Baixa	106.341	54.085	8.349	168.775	36,9	18,8	2,9	58,5
Total	180.759	88.802	18.722	288.283	62,7	30,8	6,5	100,0

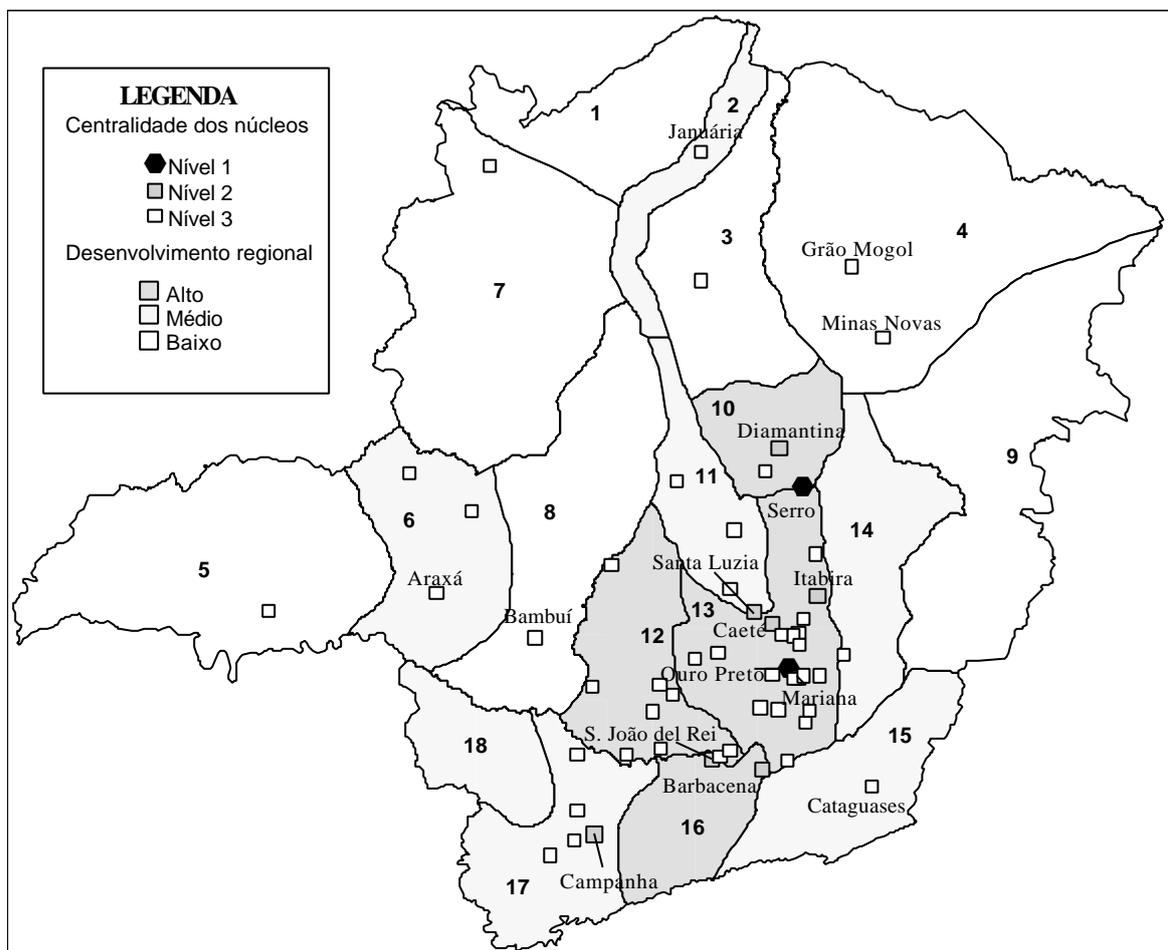
Fonte dos dados básicos: amostra de 155 listas nominativas de 1831/32; 38/41

Nota: Níveis de centralidade alta, média-alta, média-baixa e baixa correspondem aos níveis 1, 2, 3, e 4, respectivamente, apresentados em Rodarte (1999, 126)

Além da distinção entre urbano e rural, níveis de desenvolvimento das regiões – definidos por Paiva (1996) – e níveis de centralidade urbana – estimados por Rodarte (1999) – observados na Figura 2 serão categorias utilizadas no presente estudo. Até o momento, conseguiu-se combinar as informações de localização da área dos fogos com dados populacionais em 155 distritos. Deve-se considerar aqui, que a distribuição dessa amostra, na Tabela 2, segue as proporções apontadas pela

distribuição efetiva da população, tanto segundo o nível de centralidade urbana quanto em relação ao nível de desenvolvimento regional.

Figura 2
Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade urbana
Minas Gerais - década de 1830



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatú; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** – Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (Rodarte, 1999: 89 e 126).

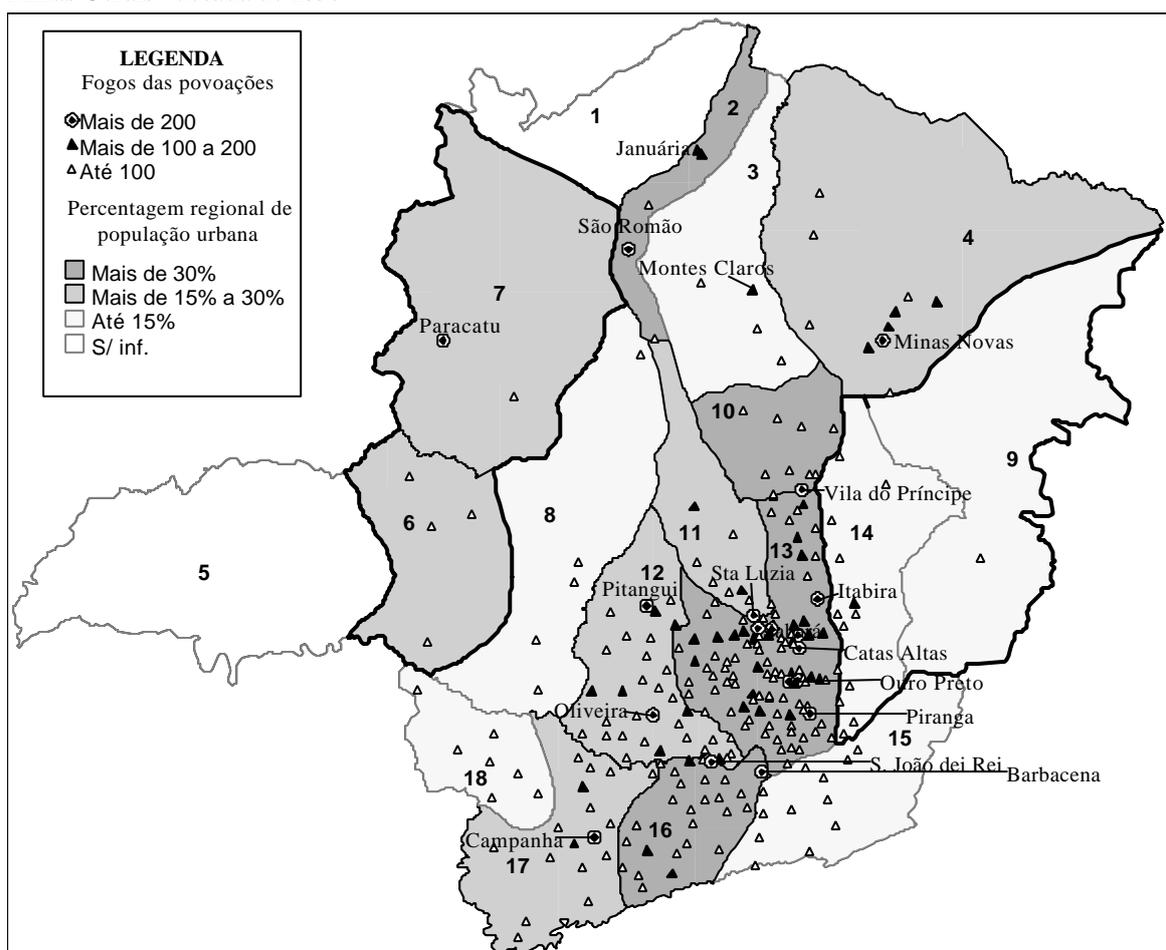
Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

3. O urbano e o rural, em Minas Gerais, na década de 1830

Dos esforços mais recentes de dimensionar o urbano, certamente os dados da Tabela 7, ilustrados na Figura 3, tenham mais êxito, pela clareza do método, e pela maior representatividade, pois contempla 68,1% da população estimada por Godoy (2004).

Nota-se que a razão da população urbana atinge níveis mais elevados nas regiões de povoamento mais antigo, decorrente, em grande medida, do *boom* minerador nos séculos XVII e XVIII, como é o caso da Mineradora Central Oeste (39,2%), Diamantina (40,8%), Vale do Alto Médio S. Francisco (38,6%) e Sudeste (30,2%). As demais regiões, por sua vez, que possuíam o mesmo indicador abaixo do patamar da Província (26,0%), caracterizavam-se por serem de povoamento mais recente e/ou constituírem áreas de fronteira agrícola (Tabela 7 e Figura 3).

Figura 3
Regionalização, níveis de urbanização e distritos por faixa de fogos urbanos
Minas Gerais - década de 1830



Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. (ver Tabela 7). Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Distritos por faixa fogos urbanos: Mais de 200 fogos – Ouro Preto, São João dei Rei, Sabará, Paracatu, Vila do Príncipe (Serro), Mariana, Campanha, Santa Luzia, Pitangui, Minas Novas, Itabira, Santa Bárbara, Piranga, Caeté, Oliveira, Catas Altas do Mato Dentro, Barbacena, São Romão; **Mais de 100 a 200 fogos:** 46 distritos; **Até 100 fogos:** 201 distritos; **Sem informação do número de fogos urbanos:** não visíveis no mapa

Tabela 3
Média da população distrital, urbana, rural e escrava, segundo nível de desenvolvimento, por nível de centralidade urbana – Minas Gerais – década de 1830

Nível de Centralidade	Média				Desvio Padrão			
	Nível de Desenvolvimento				Nível de Desenvolvimento			
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
Alta	4.466	-	-	4.466	-	-	-	-
Média-alta	4.114	4.865	-	4.328	2.213,3	898,0	-	1.880,1
Média-baixa	1.975	3.123	3.458	2.354	1.146,3	987,8	730,0	1.211,9
Baixa	1.313	2.080	2.087	1.521	814,5	845,3	1328,6	900,3
Total	1.614	2.467	2.675	1.872	1.178,6	1.125,5	1.263,7	1.229,5

Nível de Centralidade	Média				Pop Urb/Pop Total			
	Nível de Desenvolvimento				Nível de Desenvolvimento			
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
Alta	2.676	-	-	3.185	59,9	-	-	71,3
Média-alta	1.983	2.259	-	2.061	48,2	46,4	-	47,6
Média-baixa	624	357	552	559	31,6	11,4	16,0	23,7
Baixa	360	291	304	342	27,5	14,0	14,6	22,5
Total	512	415	410	485	31,7	16,8	15,3	25,9

Nível de Centralidade	Média				Pop Rural/Pop Total			
	Nível de Desenvolvimento				Nível de Desenvolvimento			
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
Alta	1.790	-	-	895	40,1	-	-	20,0
Média-alta	2.131	2.607	-	2.267	51,8	53,6	-	52,4
Média-baixa	1.351	2.767	2.906	1.795	68,4	88,6	84,0	76,3
Baixa	952	1.789	1.784	1.178	72,5	86,0	85,4	77,5
Total	1.102	2.052	2.265	1.366	68,3	83,2	84,7	73,0

	Média				Razão Escravo/Livre			
	Nível de Desenvolvimento				Nível de Desenvolvimento			
	Alto	Médio	Baixo	Total	Alto	Médio	Baixo	Total
Alta	1.116	-	-	1.116	0,3	-	-	0,3
Média-alta	1.139	1.646	-	1.284	0,4	0,5	-	0,5
Média-baixa	689	887	742	737	0,5	0,4	0,3	0,5
Baixa	479	659	447	520	0,6	0,5	0,3	0,6
Total	561	764	573	609	0,5	0,4	0,3	0,5

Fonte dos dados básicos: amostra de 155 listas nominativas de 1831/32; 38/41

Em relação aos diferentes níveis de desenvolvimento econômico, observou-se que os distritos tornavam-se mais populosos ao se deslocar das regiões de alto desenvolvimento para as de médio e baixo desenvolvimento, ao passar de 1.614 habitantes, em média, para 2.467 e 2.675, respectivamente (Tabela 3). Essas diferenças de tamanho, entretanto, dava-se pelo incremento da população rural (de 1.102, nas regiões de alto desenvolvimento, para 2.265, nas regiões de baixo

desenvolvimento), em intensidade superior ao decrescimento da população urbana (de 512 para 410, entre regiões de alto e baixo desenvolvimento). Com isso, a população urbana, correspondente a 31,7% do total nas regiões de alto nível de desenvolvimento, retraía para 16,8% e 15,3% nas regiões de médio e baixo desenvolvimento econômico, respectivamente, o que condiz com estudos anteriores, que relacionavam as regiões de alto desenvolvimento com um perfil mais urbano, enquanto que as regiões de baixo desenvolvimento identificavam-se com de áreas de fronteira agrícola e povoamento incipiente.

Para cada nível de desenvolvimento, ainda pela Tabela 3, observou-se a relação direta entre tamanho populacional e nível de centralidade dos distritos. Essa relação mostrava-se ainda mais evidente no segmento urbano da população, de modo que os distritos de alta e média alta centralidade das regiões de alto nível de desenvolvimento possuíam as maiores razões de população urbana da província (de 59,9% e 48,2%, respectivamente). Também é importante ressaltar que o número médio de pessoas para distritos com mesmo grau de centralidade crescia a medida que diminuía o nível de desenvolvimento. Isto deve ao fato de que nas porções menos desenvolvidas era necessário uma maior aglomeração de pessoas para que se ofertassem os bens e serviços característicos da maior centralidade.

O recurso do uso da mão-de-obra escrava apresentava-se com penetração ligeiramente maior nas localidades mais desenvolvidas, e especialmente nas localidades de baixa centralidade urbana, que nas demais regiões. É provável que nestas localidades tenha ocorrido intensificação das atividades agrárias e da extração do excedente, seja para a manutenção das exportações, seja para o abastecimento dos núcleos urbanos de maior dinamismo, das proximidades (Tabela 3).

A relação entre desenvolvimento, urbanização e a posse de escravos é melhor explicitada na Tabela 4. Deve-se ressaltar aqui, a idéia de posse de escravos como um indicador de riqueza. Dois aspectos são marcantes em relação à posse de escravos, segundo os diferentes níveis de desenvolvimento. O primeiro é que o número médio de cativos por fogo crescia à medida em que se deslocava das regiões de baixo para médio e alto desenvolvimento (de 1,2 para 2,0 e 2,2, respectivamente), o que denota o caráter claramente escravista do desenvolvimento econômico da primeira metade do século XIX. O segundo aspecto é que esse maior poder econômico nas regiões de alto desenvolvimento era menos concentrado, pois o índice de Gini elevava-se de 0,850 para 0,857 entre as regiões de alto e médio desenvolvimento, e saltava para 0,881 nas regiões de baixo

desenvolvimento. Isso também é indicado pelo fato de que ¼ dos fogos nas regiões de baixo desenvolvimento, provavelmente os mais abastados, detinham a totalidade dos escravos ali existentes, enquanto que nas regiões de alto e médio desenvolvimento a apropriação de escravos dessa mesma proporção de fogos era relativamente menor (96,1% e 97,2%, respectivamente).

Tabela 4
Média de escravos, índice de Gini e apropriação dos escravos pelos fogos de maiores plantéis
Minas Gerais – década de 1830

Indicadores	Área	Nível de Desenvolv.			Nível de Centralidade			Total
		Alto	Médio	Baixo	Alta e Média-	Média-baixa	Baixa	
Média Escravos por Fogo	Urbano	1,7	1,8	1,0	1,3	1,7	2,0	1,7
	Rural	2,5	2,0	1,2	1,9	2,1	2,3	2,2
	Total	2,2	2,0	1,2	1,5	2,0	2,2	2,1
Gini - concentração de escravos	Urbano	0,861	0,850	0,900	0,878	0,854	0,861	0,861
	Rural	0,843	0,857	0,879	0,897	0,859	0,840	0,851
	Total	0,850	0,857	0,881	0,878	0,857	0,845	0,856
Apropriação de escravos dos 25% dos fogos com maiores plantéis	Urbano	96,7	96,4	100,0	98,0	96,1	96,7	96,7
	Rural	95,6	97,2	100,0	100,0	96,9	95,7	96,6
	Total	96,1	97,2	100,0	99,0	96,7	95,9	96,8

Fonte dos dados básicos: amostra de 155 listas nominativas de 1831/32; 38/41

Por nível de centralidade urbana, observou-se uma relação inversa quanto à posse, ou seja, quanto mais alto o nível de centralidade urbana, menor era a média de escravos por fogo. Esse fenômeno também vinha acompanhado da intensificação da concentração, detectada tanto pelo índice de Gini, como pela razão de apropriação de escravos dos fogos com maiores plantéis.

A composição ocupacional constitui um dos principais aspectos para a análise sobre a diferenciação entre o urbano e o rural. Pela Tabela 5 observa-se que apesar da população urbana constituir 27,7% total, nessa amostra, mais da metade dos profissionais liberais (58,6%), dos comerciantes (51,3%), dos ocupados em atividades manuais e mecânicas relativas ao segmento artesanal-fabril I (63,2%) estavam concentrados no urbano. Entretanto, o poder de atração do urbano sobre os ocupados das atividades referentes aos segmentos artesanais-fabris II (34,5%) e III (40,4%) era relativo, pois apesar de concentrar parcela superior ao referente à população total, a maior parte desses ocupados encontravam-se dispersos nas áreas rurais. No meio urbano, os ocupados de todas essas atividades respondiam por 63,1% da estrutura ocupacional.

Na área rural, que correspondia a 72,3% da população acima de 5 anos, na amostra, residiam 89,3% dos ocupados nas atividades agropastoris, enquanto que os demais 10,7% estavam,

supostamente, no urbano. Esse último percentual, embora pequeno, suscita a elaboração de duas hipóteses, não mutuamente excludentes: a primeira suposição refere-se ao absentéismo de proprietários rurais com imóveis urbanos, seja pelo lazer, seja pela necessidade de proximidade com clientes e fornecedores, para garantir o escoamento da produção excedente e/ou aquisição de insumos. A segunda conjectura é a de que os arrolamentos censitários eram iniciados pelos potentados locais – sem que estes tivessem uma relação efetivamente estreita com o núcleo urbano – para depois retomar o critério de ordenação dos fogos pela localização, como já anteriormente apontado, começando pelos domicílios urbanos e terminando pelos rurais.

Tabela 5
Distribuição da população de 6 anos e mais, segundo nível de centralidade urbana, por setor de atividade econômica e área – Minas Gerais – década de 1830

Área e ocupação	População acima de 5 anos							
	Nível de centralidade (em número)				Nível de centralidade (em %)			
	Média-alta	Média-baixa	Baixa	Total	Média-alta	Média-baixa	Baixa	Total
Total	17.909	24.192	33.617	75.718	100,0	100,0	100,0	100,0
Profissionais liberais	364	147	91	602	100,0	100,0	100,0	100,0
Comerciante	650	574	841	2.065	100,0	100,0	100,0	100,0
Artesanal-Fabril 1	576	686	474	1.736	100,0	100,0	100,0	100,0
Artesanal-Fabril 2	6.233	6.672	9.301	22.206	100,0	100,0	100,0	100,0
Artesanal-Fabril 3	2.394	2.802	2.342	7.538	100,0	100,0	100,0	100,0
Ativ. agropastoris	3.571	6.232	9.417	19.220	100,0	100,0	100,0	100,0
S/prof. ou s/ inf.	4.114	7.052	11.131	22.297	100,0	100,0	100,0	100,0
Outras ativid.	7	27	20	54	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	6.924	7.328	6.703	20.955	38,7	30,3	19,9	27,7
Profissionais liberais	194	106	53	353	53,3	72,1	58,2	58,6
Comerciante	375	331	353	1.059	57,7	57,7	42,0	51,3
Artesanal-Fabril 1	395	451	251	1.097	68,6	65,7	53,0	63,2
Artesanal-Fabril 2	2.770	2.466	2.427	7.663	44,4	37,0	26,1	34,5
Artesanal-Fabril 3	1.057	1.241	748	3.046	44,2	44,3	31,9	40,4
Ativ. agropastoris	413	792	860	2.065	11,6	12,7	9,1	10,7
S/prof. ou s/ inf.	1.718	1.937	2.007	5.662	41,8	27,5	18,0	25,4
Outras ativid.	2	4	4	10	-	-	-	-

Fonte: **1831/33**: amostra de 41 listas nominativas com dados de área e com melhor qualidade da informação ocupacional pela método desenvolvido por Godoy (2003).

Notas: **profissionais liberais**: contém religiosos, juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, empregados públicos, artistas; **setor fabril-artesanal I** contém operários de edificações, em couros e peles, de vestuários, de calçado; **setor fabril-artesanal II**: contém costureiras, operários em tecidos, e no serviço doméstico; **setor fabril-artesanal III**: contém capitalistas e proprietários, manufatureiros e fabricantes, operários canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros, em metais, em madeiras, em tinturaria, de chapéus, criados e jornaleiros; **outras atividades**: militares, marítimos, pescadores, caçadores e demais extrativistas.

Embora quase 90% dos ocupados com agricultura e/ou criação estivessem na área rural, tal setor limitava-se a representar apenas 31,3% da população dessa área com mais de 5 anos. Os ocupados no setor artesanal-fabril II, identificados com o segmento feminino do campo, respondia por 26,6%, enquanto que pouco mais de 10% referia-se ao conjunto de ocupações exercidas pelos

profissionais liberais (0,5%), comerciantes (1,8%), e trabalhadores dos segmentos artesanal-fabril I (1,2%) e III (8,2%).

Em relação aos diferentes níveis de centralidade, observa-se, pela própria definição de centralidade, que os distritos mais centrais tinham uma composição ocupacional com prevalência de atividades relativas à serviços e de produção de bens mais elaborados, tanto no urbano, como no rural. Essa maior densidade econômica e ocupacional que denotava centralidade, se diluía progressivamente, ao se passar para os lugares de menor centralidade, com o crescimento da proporção de ocupados em atividade agropastoris e de pessoas sem declaração de ocupações ou desocupadas.

Este último segmento, que se encontra muito associado ao baixo dinamismo econômico e urbano, pela Tabela 5, deve ser investigado à luz das possíveis razões que tornam as atividades dos indivíduos “visíveis”, ou não, nos arrolamentos censitários. É certo que o maior dinamismo econômico e a maior densidade demográfica promovem e refletem uma maior divisão do trabalho, o que permite identificar o indivíduo, mais facilmente, com alguma etapa do processo produtivo, com o grau de aprendizagem e experiência, ou, pelo menos, com um setor de atividade econômica, tornando menos frequente a não informação ocupacional.

O outro fator seria o desestímulo ao ócio que o dinamismo econômico e a urbanização exerceriam, promovendo a inserção do indivíduo em alguma atividade econômica, ou encorajando-o a intensificação ou prolongamento da jornada de trabalho. Mas por outro lado, a maior geração de excedentes, nesse ambiente econômico mais pujante, poderia, eventualmente, permitir que alguns segmentos das famílias mais abastadas estivessem livres de desempenhar atividades produtivas, o que justificaria a inatividade.

Considerações finais

O presente trabalho objetivou apresentar uma forma de uso combinado de fontes censitárias que permite extrair a categorização da população entre as áreas urbana e rural. Tal procedimento já vinha sendo aplicado em estudos do Cedeplar, nos últimos 10 anos, mas o número de casos estudados era pequeno, sendo que algumas regiões da província de Minas Gerais careciam de representatividade. Recentemente a (re)descoberta de outras fontes ampliou as possibilidades de análise dessa segmentação responsável por diferenças demográficas e econômicas tão marcantes.

Embora sem ter um caráter conclusivo, o presente estudo mostrou a importância do fenômeno

urbano, em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, ao apontar que mais de ¼ da população vivia em ambiente urbano, e que esse percentual crescia expressivamente nas regiões mais populosas e economicamente mais dinâmicas.

O estudo procurou mostrar, também, a estreita relação entre a razão de população urbana e os fenômenos do desenvolvimento econômico e, como já se previa, do nível de centralidade urbana. Destaca-se que no urbano, comparativamente ao rural, os domicílios eram menores, menos escravistas e com uma estrutura ocupacional mais complexa. Se no rural o conjunto das atividades agropastoris, têxteis e de vestuários ocupavam a maior parte da população de 6 anos e mais, no urbano, os serviços e diversos outros segmentos artesanais ganhavam mais peso dentro da estrutura ocupacional.

Anexo

Tabela 6
População, segundo grupos etários e setores de ocupação, e densidade demográfica por província
Brasil, 1872

Províncias	População					Total	Hab/ Km ²
	Até 5 anos	De 6 anos e mais			Total		
		Setores de ocupação					
	Primário	Secundário e Terciário	Inativos ou s/ inf.	Total			
Minas Gerais	244.093	487.340	826.214	480.951	1.794.505	2.038.598	3,5
Bahia	195.578	470.033	366.969	346.841	1.183.843	1.379.421	2,5
RJ e Mun. Neutro	137.319	274.668	456.796	188.923	920.387	1.057.706	25,4
São Paulo	111.737	324.818	218.411	182.388	725.617	837.354	3,4
Pernambuco	131.764	263.660	161.499	277.552	702.711	834.475	8,8
Ceará	129.232	205.742	207.782	178.931	592.455	721.687	4,9
Rio Grande do Sul	53.555	80.475	122.769	178.010	381.254	434.809	1,6
Paraíba	68.928	142.100	94.254	70.924	307.278	376.206	7,1
Maranhão	60.843	126.366	92.799	79.031	298.196	359.039	1,1
Alagoas	68.975	89.774	90.950	98.314	279.038	348.013	12,8
Pará	51.634	96.275	56.765	70.562	223.602	275.236	0,2
Rio Grande do Norte	31.641	54.286	59.428	88.623	202.337	233.978	4,5
Piauí	20.225	47.727	73.296	60.974	181.997	202.222	0,8
Sergipe	21.145	73.641	46.171	35.284	155.096	176.241	8,3
Goiás	24.732	56.026	45.760	33.872	135.658	160.390	0,3
Santa Catarina	32.007	53.460	40.296	33.857	127.613	159.620	1,7
Paraná	20.187	39.191	26.736	31.999	97.926	118.113	0,6
Espírito Santo	10.132	31.759	23.529	16.717	72.005	82.137	1,8
Mato Grosso	8.678	18.269	13.215	20.255	51.739	60.417	0,0
Amazonas	4.796	12.760	20.714	19.339	52.813	57.609	0,0
Total	1.427.201	2.948.370	3.044.353	2.493.347	8.486.070	9.913.271	1,2

Fonte dos dados básicos: Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872, Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos 1873-1876.

Tabela 7
Tamanho dos domicílios, razão dos domicílios e população urbana – Minas Gerais – década de 1830

Regiões	Pessoas por fogo			Fogos Estimados				População Urbana		R
	Urbano	Rural	Total	Urbanos		Rurais	Total	Urbana		
	(a)	(b)	(c) =(i)/(f)	N.	%	N.	N.	N.	%	
Araxá e Paracatu	3,5	7,1	5,7	824	38,5	1.317	2.141	2.917	23,9	
V. A. Médio S. Franc.	4,6	4,6	4,6	566	39,0	886	1.452	2.581	38,6	
Sertão	5,0	5,3	5,3	183	12,2	1.315	1.498	920	11,7	
Minas Novas	4,1	6,5	5,9	1.198	22,6	4.098	5.296	4.864	15,5	
Sertão A. S. Franc.	4,9	6,6	6,5	186	8,0	2.145	2.331	902	6,0	
Interm. Pitangui-Tamanduá	5,8	7,4	6,9	2.912	28,2	7.415	10.327	16.860	23,5	
Rio das Velhas	5,8	6,9	6,6	987	26,1	2.794	3.781	5.725	22,9	
Diamantina	5,4	5,7	5,6	947	41,9	1.313	2.260	5.152	40,8	
Mata	4,5	6,5	6,3	305	11,1	2.454	2.759	1.373	7,9	
Sudeste	7,3	7,4	7,4	2.294	30,8	5.157	7.451	16.632	30,2	
Sul Central	6,3	6,8	6,7	1.290	16,8	6.388	7.678	8.179	15,8	
Sudoeste	4,9	5,8	5,7	294	10,1	2.603	2.897	1.435	8,7	
M. C. Leste e S. do R. Doce	5,5	6,6	6,4	803	16,4	4.108	4.911	4.425	14,1	
Mineradora Central Oeste	5,5	6,7	6,2	10.138	44,0	12.913	23.051	55.962	39,2	
Total	5,6	6,7	6,4	22.927	29,4	54.949	77.876	129.308	26,0	

Fonte dos dados básicos: Listas Nominativas de 1831/32; 38/41 e RAPM (1897).

Nota: as médias de tamanho dos fogos, calculadas na amostra de 155 distritos, foram utilizadas na estimativa da população urbana da amostra ampliada de 265 distritos

Referências Bibliográficas

- Barbosa, Waldemar de Almeida. História de Minas. Vol. 3, Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.
- BASTIDE, Roger. Brasil, terra de contrastes. 9. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL. 1979. 282 p.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1959.
- GODOY, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. Texto para discussão nº.109. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.
- GODOY, Marcelo Magalhães. A informação de ocupação dos censos nominais da província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003. Relatório de pesquisa.
- GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. São Paulo: FFLCH/USP, 2004. Tese de doutorado.
- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Texto para discussão Nº.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994. (Texto para discussão).
- MATOS, Raimundo J. da Cunha. Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837). 2 vols. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/editora da USP, 1981.
- MARX, MURILO. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.
- MELLO FILHO, Marcelo S. B., SANTOS JÚNIOR, José M. dos, RODARTE, Mario M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. In: XII Seminário sobre a economia mineira. Anais... Cedeplar. 2006.
- PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado).
- PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autentica, 2000. 154p.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. O caso das minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1999. Dissertação de mestrado.
- RODARTE, Mario M. S. PAULA, João Antônio de, SIMÕES, Rodrigo F. Rede de Cidades em Minas Gerais no Século XIX. História Econômica & História de Empresas, São Paulo: HUCITEC/ ABPHE, v. 7, n. 1, p. 7-45, 2004.
- RAPM. Relação das cidades, villas e povoações da província de Minas Geraes com declaração do número de fogos de cada uma (1830). Luiz Maria da Silva Pinto. Revista do Arquivo Publico Mineiro. Ouro Preto. v. 02, Jan/Mar. 1897.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 157 p.
- SILVA, Leonardo Viana da. Redescobrimo as Cidades Mineiras Oitocentistas. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, VII, 1995, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, 1995a. vol. I.
- SILVA, Leonardo Viana da. Redescobrimo o Espaço Urbano Mineiro Oitocentista: Santa Luzia, Tapera, Mercês do Pomba e Oliveira em 1831. Belo Horizonte: UFMG/ Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1995b. (Monografia de bacharelado)
- VIANNA, Oliveira. Evolução do Povo Brasileiro, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

¹ Vários documentos oficiais do Segundo Império utilizavam a subdivisão eclesial de municípios, ao invés da administrativa, que seriam os distritos. No entanto, a correspondência entre as duas categorias não era perfeita, pois o que se observava, no Século XIX, era que uma paróquia podia conter um ou mais distritos. Como exemplo, tem-se que Minas, em 1858, tinha 268 paróquias, mas o número de distritos chegava a 454. Dessa forma, a Província mineira tinha, nesse período, uma média de 1,7 distrito por paróquia (BARBOSA, 1979, p. 570 - 72).

² De um total estimado de 420 distritos de paz, já foram encontradas e coletadas 260 listas nominativas do período 1831/32 e 149 do período 1838/41. Descontando 89 distritos com cobertura em ambos os períodos, temos 320 distritos recenseados pelo menos uma vez, na década de 1830, o que representa uma cobertura de 76,2%. Parte desse material foi coletado pelo Cedeplar, em pesquisa coordenada pela Prof^a. Clotilde Paiva. A outra parte foi coletada em pesquisa coordenada pelos professores Roberto Martins e Maria do Carmo Salazar Martins, e gentilmente cedidas para o autor para o trabalho de tese.

³ Destacam-se os trabalhos de Silva (1995a, 1995b) e Rodarte (1999).